

RB Capital Companhia de Securitização  
Demonstrações Contábeis acompanhadas do  
Relatório dos Auditores independentes  
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

# Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015	11



# Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes  
Av. Paulista, 37 - 1º andar  
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista  
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100  
www.granthornton.com.br

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
RB Capital Companhia de Securitização  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da RB Capital Companhia de Securitização (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RB Capital Companhia de Securitização em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Demonstrações contábeis fiduciárias

Chamamos a atenção para às demonstrações contábeis fiduciárias apresentadas na Nota Explicativa nº 23, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é prevista para companhias securitizadoras, conforme requerido na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e na Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997. Essas demonstrações contábeis fiduciárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo “Base para opinião” e estão sumarizados no parágrafo “Principais assuntos de auditoria” no subitem “Demonstrações contábeis fiduciárias”. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Demonstrações contábeis fiduciárias

Nota Explicativa nº 23 – “Demonstrações contábeis fiduciárias - informação suplementar requerida por lei e regulamento”

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA	Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis
<p>Conforme estabelecido na legislação e dispositivos que regulam as demonstrações contábeis fiduciárias, a Companhia é requerida a manter controle individual e independente de cada um dos patrimônios separados, por emissão de certificados de recebíveis em que foram instituídos o regime fiduciário.</p> <p>Esse tema foi considerado como um PAA devido a quantidade de patrimônios separados que são administrados pela Companhia, resultando em um alto volume de registros contábeis utilizados para elaboração das demonstrações contábeis fiduciárias de cada patrimônio, que são objeto de nossos testes de auditoria, existindo risco de, se não adequadamente controlados, serem apresentados e valorizados de forma inadequada nas demonstrações contábeis fiduciárias.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• teste de integridade dos registros contábeis independentes de cada um dos patrimônios separados, administrados pela Companhia e comparação dessas informações sumarizadas com os saldos de “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber circulante e não circulante” e “Contas a pagar circulante e não circulante” apresentados nas Demonstrações contábeis fiduciárias.</li><li>• confirmação (circularização) de determinados saldos bancários junto às instituições financeiras;</li><li>• comparação e conciliação dos saldos informados na confirmações recebidas de determinadas instituições financeiras com os registros contábeis individualizados dos patrimônios separado, com o objetivo de identificarmos possíveis patrimônios separados não apresentados nas demonstrações contábeis fiduciárias.</li><li>• exame de determinados contratos das emissões de certificados de recebíveis realizados durante o exercício corrente, de forma a checar se os mesmos continham a cláusula que instituiu o regime fiduciário.</li><li>• confirmamos a liquidação financeira de determinadas operações através dos extratos bancários e comparamos os dados contratuais de taxa de juros, índice de atualização e prazos de recebimento/pagamento com as informações utilizadas nas memórias de cálculo do contas a receber e a pagar, respectivamente.</li></ul>

---

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• efetuamos o recálculo das memórias de cálculo para fins da validação de determinados saldos contábeis e correta segregação entre circulante e não circulante.</li> <li>• para saldo iniciais, selecionamos uma amostra das operações de certificados de recebíveis realizadas em exercícios anteriores e recalculamos as memórias de cálculo atualizadas para 31 de dezembro de 2016. Para essa amostra examinamos também os comprovantes de recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício via extrato bancário.</li> </ul>
--	---

---

Reconhecimento da receita de “spread”  
 Notas Explicativas nº 2.9.1 – “Receita de spread” e nº 15 – “Receita líquida”

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA	Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis
<p>Parte substancial das receitas da Companhia referem-se a receitas de “spread” provenientes das liquidações das emissões de certificados de recebíveis apuradas conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.9.1., que leva em consideração, a data da liquidação das operações, cálculo do valor presente do ativo lastro na data da liquidação em conjunto com o cálculo do valor presente do passivo dos certificados de recebíveis emitidos, considerando as regras de carência e penalidade para a liquidação antecipada, premissas estas, tanto da ponta ativa quanto da ponta passiva, que determinam a forma, período e valor em que as receitas de “spread” são reconhecidas.</p> <p>Esse tema foi considerado como um PAA devido a complexidade dos cálculos envolvidos para apuração e registro do valor da receita quando da sua realização no período apropriado.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• exame das liquidações financeiras das emissões ocorridas no exercício de 2016, via extrato bancário, com o objetivo de validarmos o saldo e a data do fechamento da operação;</li> <li>• examinamos os dados contratuais de taxa de juros, índice de atualização e prazos de recebimento, utilizados pela Companhia para o cálculo da ponta ativa (lastro da operação), com os respectivos contratos e, efetuamos o recálculo do saldo apurado pela Companhia atualizado na curva financeira do título até a data da liquidação da operação;</li> <li>• testamos o cálculo do valor de liquidação antecipada das pontas ativa e passiva considerando as fórmulas de penalidade aplicadas nesses casos e comparamos se os valores a serem pagos pela liquidação antecipada da ponta ativa são suficientes para realização da recompra da ponta passiva;</li> </ul>

---

### Outros assuntos

#### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2017.

Nelson Fernandes Barreto Filho  
Contador CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

# RB Capital Companhia de Securitização S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

### ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	275	2.225
Aplicações financeiras vinculadas	4	109.455	108.469
Títulos e valores mobiliários	5	14.519	13.203
Contas a receber	6	325	263
Recebíveis imobiliários	7	12.385	86.042
Impostos a recuperar	8	2.604	900
Outros créditos	9	1.407	2.931
<b>Total do ativo circulante</b>		<u><b>140.970</b></u>	<u><b>214.033</b></u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>140.970</b></u>	<u><b>214.033</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## RB Capital Companhia de Securitização S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
<b>Passivo circulante</b>			
Impostos, taxas e contribuições	11	456	580
Cessão de Certificados de Créditos Imobiliários - CCIs	12	122.579	191.999
Contas a pagar		66	150
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>123.101</b>	<b>192.729</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Partes Relacionadas	10	-	796
Provisão para riscos	13	652	624
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>652</b>	<b>1.420</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	14.1	12.483	12.483
Reservas de lucros		4.734	7.401
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>17.217</b>	<b>19.884</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>140.970</b>	<b>214.033</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## RB Capital Companhia de Securitização S.A.

### Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receita líquida</b>	15	9.128	5.308
Custo dos serviços prestados	16	(3.268)	(746)
<b>Lucro bruto</b>		<b>5.860</b>	<b>4.562</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	17	(1.833)	(1.198)
Despesas de comercialização	17	(725)	(378)
Despesas tributárias	17	(1.749)	(528)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	82	(95)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>1.635</b>	<b>2.363</b>
<b>Resultado financeiro</b>	18	7.881	8.080
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>9.516</b>	<b>10.443</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(2.898)	(3.006)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>6.618</b>	<b>7.437</b>
<b>Lucro líquido básico por ação – R\$</b>	20	1,10355	1,24012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## RB Capital Companhia de Securitização S.A.

### Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Lucro líquido do exercício</b>	6.618	7.437
<b>Outros resultado abrangentes</b>		
Itens que serão reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>6.618</b>	<b>7.437</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

## RB Capital Companhia de Securitização S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Retenção de expansão		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>12.483</b>	<b>1.616</b>	<b>5.115</b>	-	<b>19.214</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.437	7.437
<b>Destinação do resultado do exercício:</b>					
Dividendos propostos	14.2	-	(5.000)	(797)	(5.797)
Juros sobre o capital próprio	14.3	-	-	(970)	(970)
Reserva legal	-	372	-	(372)	-
Retenção de lucros	-	-	5.298	(5.298)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>12.483</b>	<b>1.988</b>	<b>5.413</b>	<b>-</b>	<b>19.884</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.618	6.618
<b>Destinação do resultado do exercício:</b>					
Dividendos propostos	14.2	-	(5.413)	(2.987)	(8.400)
Juros sobre o capital próprio	14.3	-	-	(885)	(885)
Reserva legal	-	331	-	(331)	-
Retenção de lucros	-	-	2.415	(2.415)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>12.483</b>	<b>2.319</b>	<b>2.415</b>	<b>-</b>	<b>17.217</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**RB Capital Companhia de Securitização S.A.**  
**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	6.618	7.437
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido (aplicados) gerado pelas atividades operacionais:		
Despesa com imposto de renda e contribuição social	2.898	3.006
Atualização monetária de títulos e valores mobiliários	(1.982)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(43)	(12)
Constituição (reversão) de provisão para riscos	28	-
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>		
Aplicações financeiras vinculadas	(986)	(2.974)
Títulos e valores mobiliários	666	-
Clientes e outros valores a receber	(19)	(81)
Recebíveis imobiliários	73.657	(55.534)
Impostos a recuperar	(1.704)	(52)
Outros créditos	1.524	176
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>		
Impostos, taxas e contribuições	(3.022)	(3.250)
Cessão de Certificados de Créditos Imobiliários - CCLs	(69.420)	59.439
Contas a pagar	(84)	61
Outras contas a pagar	-	1
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<u><b>8.131</b></u>	<u><b>8.217</b></u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(81)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u><b>8.131</b></u>	<u><b>8.136</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de títulos e valores mobiliários	-	(13.203)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<u><b>-</b></u>	<u><b>(13.203)</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Redução de capital	-	-
Dividendos pagos	(9.196)	(5.000)
Juros sobre capital próprio pagos	(885)	(970)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<u><b>(10.081)</b></u>	<u><b>(5.970)</b></u>
<b>Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(1.950)</b></u>	<u><b>(11.037)</b></u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.225	13.262
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	275	2.225
<b>Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(1.950)</b></u>	<u><b>(11.037)</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## RB Capital Companhia de Securitização S.A.

### Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Receitas</b>			
Receita de serviços	15	9.488	5.401
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	43	12
		<u>9.531</u>	<u>5.413</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custo dos serviços prestados	16	(3.268)	(746)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.130)	(1.460)
		<u>(4.398)</u>	<u>(2.206)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>		5.133	3.207
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<u>5.133</u>	<u>3.207</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida		28.805	17.273
		<u>28.805</u>	<u>17.273</u>
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<u>33.938</u>	<u>20.480</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
Impostos, taxas e contribuições		6.396	4.062
Despesas financeiras		20.924	8.981
Dividendos pagos		-	-
Lucro retido		6.618	7.437
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<u>33.938</u>	<u>20.480</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



# Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

## 1. Informações gerais

A RB Capital Companhia de Securitização (Companhia) é uma Companhia anônima aberta, com sede na cidade de São Paulo - SP. Seu controlador é a RB Capital Empreendimentos S.A.

A Companhia tem como principal atividade a aquisição de créditos imobiliários e de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos imobiliários e em direitos creditórios do agronegócio.

As demonstrações contábeis fiduciárias referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão apresentadas na nota explicativa nº 23. A partir do trimestre findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta um volume maior de informações sobre as operações de securitização no Informe Trimestral de Securitizadora conforme Anexo 32, II, da Instrução nº 480/09 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

## 2. Resumo das principais práticas contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia no Brasil.

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis, tais como foram aplicadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## 2.2. Bases de apresentação

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar essas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas correspondentes são revisadas continuamente. As revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidas somente no período em que a estimativa é revisada se a revisão afetar apenas esse período, ou no período da revisão e em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

## 2.3. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros contabilizados ao valor justo no resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada no seu reconhecimento inicial.

As compras ou vendas de ativos financeiros são reconhecidas e deixam de ser reconhecidas, respectivamente, na data da negociação quando a compra ou venda de um investimento estiver prevista em um contrato cujos termos exijam a entrega do investimento em um prazo estabelecido pelo respectivo mercado, as quais são inicialmente mensuradas ao valor justo, acrescido dos custos da transação, exceto para os ativos financeiros classificados ao valor justo no resultado.

Outros ativos financeiros, contas a receber, Cédula de crédito Imobiliário - CCI e outras contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos prefixados ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Em cada data de balanço subsequente ao reconhecimento inicial, os outros ativos financeiros, contas a receber e outras contas a receber são registrados ao custo amortizado usando o método de juros efetivos, deduzido de perdas de seu valor de recuperação (“impairment”), se houver.

### **“Impairment” de ativos financeiros**

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que, na avaliação individual, não apresentam “impairment” podem ser subsequentemente avaliados para “impairment” de forma coletiva. Entre as evidências objetivas de impossibilidade de recuperação do valor de uma carteira de créditos estão a experiência passada da Companhia em receber créditos e mudanças observáveis nas condições econômicas locais ou nacionais relacionadas à inadimplência dos recebimentos.

## 2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente cotas de fundo de investimento e Certificado de Depósito Bancário - CDB. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado.

## 2.5. Aplicações financeiras vinculadas

A Companhia possui aplicações financeiras em debêntures com lastro em operações compromissadas bancárias, as quais são remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e em fundo de investimento aberto. As aplicações estão vinculadas a compromissos assumidos nas operações de CCI, empréstimos e venda de ativos, e os saldos de aplicações financeiras estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, conforme descrito na nota explicativa nº 4.

## 2.6. Passivos financeiros e instrumentos de capital outorgados pela Companhia

### 2.6.1. Classificação como dívida ou instrumento de capital

Os instrumentos de dívida e de capital são classificados como passivos financeiros ou de capital de acordo com a natureza do contrato.

### 2.6.2. Instrumentos de capital

Instrumento de capital representa qualquer contrato que evidencie participação residual nos ativos de uma entidade após deduzir todos os seus passivos. Os instrumentos de capital da Companhia são registrados nos resultados obtidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

### 2.6.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros ao valor justo no resultado” ou “outros passivos financeiros”.

Em cada data de balanço subsequente ao reconhecimento inicial, os passivos financeiros classificados ao valor justo no resultado são reconhecidos ao valor justo diretamente no resultado do exercício no qual se originaram. O ganho líquido ou a perda líquida reconhecidos no resultado incluem eventuais juros pagos ao passivo financeiro.

Outros passivos financeiros (incluindo contas a pagar) são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método de juros efetivos.

## 2.7. Cessão de cédula de crédito imobiliário a pagar

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que as cessões estejam em aberto, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

## 2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e é possível mensurar o valor da obrigação de forma confiável. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indiquem a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, criam uma expectativa válida nessas outras partes de que ela cumprirá com essas responsabilidades.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação determinada para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

## 2.9. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

### 2.9.1. Receita de “spread”

O “spread” da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito imobiliário e/ou do agronegócio e o preço de colocação dos Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI e/ou dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro aplicando determinada taxa de desconto que somente é em parte repassada como forma de remuneração dos CRI/CRA, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no “spread” realizado. Dessa forma, não é observado “spread” quando as taxas (preços) de compra e venda dos créditos forem iguais.

### 2.9.2. Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é registrada em relação ao principal em aberto e pela taxa de juros efetiva aplicável, que é aquela que desconta os recebimentos estimados de caixa futuros pela vida esperada do ativo financeiro ao valor contábil líquido do ativo.

### 2.9.3. Receita de serviços

A receita com a prestação de serviços de administração do patrimônio fiduciário é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

## 2.10. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes.

Os impostos correntes são calculados com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque inclui e exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens que não são tributáveis ou dedutíveis. O passivo referente aos impostos correntes da Companhia é apurado com base na sistemática de tributação lucro real e utiliza as alíquotas em vigor nas datas dos balanços, ou seja, 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

## 2.11. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro/ (prejuízo) líquido do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição.

## 2.12. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos e os juros sobre capital próprio são reconhecidos como um passivo com base nos dividendos mínimos definidos pelo estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como um passivo quando aprovado pelo Conselho de Administração e ad referendum da Assembleia Geral Ordinária.

### 2.13. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

### 2.14. Novas normas, alterações e interpretações

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

#### 2.14.1 IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Essa norma substitui o IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*. Em dezembro de 2016, a CVM, através da Deliberação nº 763/16, aprovou o CPC 48, que equivale ao IFRS em questão. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que o CPC 48 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

#### 2.14.2 IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes

Em maio de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes de acordo com a transferência de bens e serviços envolvidos para o cliente, em valores que reflitam o pagamento ao qual a companhia espera ter direito na transferência desses bens e serviços, e substitui o IAS 18 – *Revenue*, o IAS 11 – *Construction Contracts* e as interpretações relacionadas. Em dezembro de 2016, a CVM, através da Deliberação nº 762/16, aprovou o CPC 47, que equivale ao IFRS em questão. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018.

#### 2.14.3 IFRS 16 – Arrendamentos

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – *Leases* e correspondentes interpretações. A CVM ainda não aprovou a referida norma.

#### 2.14.4 Outras normas e modificações

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Contas Regulatórias de Diferimento);
- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11);

- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38);
- *Sale or contribution of Assets between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transações entre um Investidor e sua Associada ou Empreendimento em Conjunto) (alteração do IFRS 10 e IAS 28);
- *Investment Entities: Applying the Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Aplicação de Consolidação Excepcional) (alteração do IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28); e
- *Disclosure Initiative* (Divulgação Inicial) (alteração do IAS 1);

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliadas com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Bancos	156	91
Aplicações financeiras – Itaú – operação compromissada (*)	119	2.134
<b>Total</b>	<b>275</b>	<b>2.225</b>

(\*) Aplicação financeira com conversibilidade imediata em caixa.

#### 4. Aplicações financeiras vinculadas

Em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$ 109.455 (R\$108.469 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao caixa restrito e às aplicações financeiras vinculadas aos compromissos mencionados na nota explicativa nº 12.

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Bancos</b>	<b>1.208</b>	<b>1.429</b>
<b>Aplicações financeiras</b>		
Itaú - operação compromissada (a)	47.176	31.917
RB Capital II FIRF Crédito Privado (b)	61.071	75.123
	<b>109.455</b>	<b>108.469</b>

- (a) Aplicação financeira em operações compromissadas bancárias, com conversibilidade imediata em caixa;
- (b) Fundo de investimento aberto de liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor, administrado pela BNY Mellon. Sua carteira de ativos é composta, principalmente, por operações compromissadas bancárias de liquidez imediata e títulos de renda fixa.

#### 5. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2016	31/12/2015
Debêntures Realty S.A. (a)	14.519	12.537
Certificado de recebível imobiliário – CRI (b)	-	666
	<b>14.519</b>	<b>13.203</b>

- (a) No dia 21 de agosto de 2015, a Companhia adquiriu debêntures emitidas pela RB Capital Realty S.A.. Tais debêntures são remuneradas por 112% CDI ao ano.
- (b) No dia 26 de março de 2015, a Companhia adquiriu Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI pelo valor de R\$ 2.967 que eram remunerados a 12,08% a.a. mais atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. No dia 25 de junho de 2015, a Companhia vendeu 6 Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI pelo valor de R\$ 2.120 e no dia 17 de julho de 2015, a Companhia vendeu 1 Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI pelo valor de R\$ 354. No dia 02 de março de 2016, a Companhia vendeu a totalidade dos Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI pelo valor de R\$ 657.

#### 6. Contas a receber

	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber	516	497
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(191)	(234)
	<b>325</b>	<b>263</b>

A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Vencidas</b>		
Até 30 dias	25	59
31 a 60 dias	9	5
61 a 90 dias	42	44
91 a 180 dias	24	13
Acima de 180 dias	191	234
<b>A vencer</b>	<b>225</b>	<b>142</b>
	<b>516</b>	<b>497</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a análise individual dos valores a receber. Não há garantia para os recebíveis.

#### Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(234)</b>	<b>(246)</b>
Adições	(79)	(83)
Reversões	122	95
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>(191)</b>	<b>(234)</b>

#### 7. Recebíveis imobiliários

	31/12/2016	31/12/2015
Cédula de crédito imobiliário	12.385	86.042

Representa os recebíveis imobiliários adquiridos pela Companhia que serão utilizados como lastro para futuras emissões de Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI.

#### 8. Impostos a recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - IRPJ / CSLL	46	175
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.509	705
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar	49	20
	<b>2.604</b>	<b>900</b>



## 9. Outros créditos

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas a serem reembolsadas (*)	1.028	2.594
Outros	379	337
	<b>1.407</b>	<b>2.931</b>

(\*) Referem-se a despesas incorridas pela Companhia para emissão do Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI, que serão reembolsadas pelos emissores dos lastros dos CRIs. Tais despesas concentram-se em pagamentos para agentes fiduciários, custódia, taxas e emolumentos.

## 10. Partes relacionadas

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo circulante</b>		
Debêntures Realty S.A. (a)	14.519	12.537
RB Capital II FIRF Crédito Privado (b)	61.071	75.123
	<b>75.590</b>	<b>87.660</b>

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Passivo circulante</b>		
RB Capital Holding S.A. (c)	-	796
	-	<b>796</b>

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Resultado</b>		
Rendimentos Debêntures Realty S.A. (a)	1.982	-
RB Capital DTVM Ltda. (d)	(1.303)	(462)
	<b>679</b>	<b>(462)</b>

(a) Vide nota explicativa nº 5 (a)

(b) Representam aplicações financeiras vinculadas, no valor de R\$ 61.071 (vide nota explicativa nº 4), aplicadas no RB Capital II FIRF Crédito Privado, cuja carteira em 31 de dezembro de 2016 é predominantemente composta por operações bancárias compromissadas, de liquidez imediata. Cerca de 2,7% da carteira do referido Fundo é composta, na referida data, por títulos de renda fixa emitidos pela Companhia, cujos lastros estão vinculados a risco de crédito de terceiros.

(c) Declaração de dividendos.

(d) Custo com distribuição de operações de securitização.

## 11. Impostos, taxas e contribuições

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	180	186
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	67	216
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	87	30
PIS e COFINS	34	55
Outros impostos	88	93
	<b>456</b>	<b>580</b>

## 12. Cessão de certificados de recebíveis a pagar

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Cessão de Cédulas de créditos Imobiliários e do Agronegócio</b>		
CCI - CRI 68	37	6
CCI - CRI 70	89	25
CCI - CRI 77	43.279	38.624
CCI - CRI 79	19	19
CCI - CRI 80	3.516	3.213
CCI - CRI 82	10	4
CCI - CRI 86	148	71
CCI - CRI 87	866	2.611
CCI - CRI 89	87	84
CCI - CRI 90	7.533	8.227
CCI - CRI 92	1.850	1.621
CCI - CRI 94	13	13
CCI - CRI 95	272	163
CCI - CRI 96	118	90
CCI - CRI 100	45	52
CCI - CRI 102	-	35
CCI - CRI 105	1.887	113
CCI - CRI 108	7.129	6.566
CCI - CRI 110-111	1.344	78
CCI - CRI 112	-	110
CCI - CRI 113	11	2
CCI - CRI 115	212	161
CCI - CRI 116	5.591	39
CCI - CRI 117	45	142
CCI - CRI 118-119	3.588	-
CCI - CRI 121	4.034	26.800
CCI - CRI 123-124	383	15.407
CCI - CRI 125	5.111	16.683
CCI - CRI 128	3.123	-
CCI - CRI 134	24	70.003
CCI - CRI 135	27.048	-
Outros	5.167	1.037
	<b>122.579</b>	<b>191.999</b>

Representa a aquisição de recebíveis imobiliários, com atualização monetária da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, conforme descrito na nota explicativa nº 4. Os títulos imobiliários possuem alienação fiduciária em garantia, sem coobrigação da Companhia, com excessão do CCI-CRI 118, e são atualizados por juros e atualização monetária;

### 13. Provisão para riscos

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Provisão para riscos</b>	<b>652</b>	<b>624</b>

Refere-se ao valor do eventual descasamento entre o lastro e o CRI, em caso de pré-pagamento, referente a duas operações, cujo montante está garantido por fundo de reserva em caixa, aplicado em instrumento de renda fixa de liquidez diária.

#### **Demandas judiciais**

Em 31 de dezembro de 2016, existe um processo arbitral cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da Companhia. A demanda ainda se encontra em fase de apresentação de alegações iniciais.

### 14. Patrimônio líquido

#### 14.1. Capital social

O capital social está dividido em 5.996.865 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R\$ 12.483, totalmente integralizado.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 20.000, mediante a emissão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

#### 14.2. Dividendos

Em 11 de março de 2015, a Companhia pagou dividendos, no montante de R\$ 4.000 referente ao saldo de lucros retidos.

Em 15 de outubro de 2015, a Companhia pagou dividendos, no montante de R\$ 1.000 referente ao saldo de lucros retidos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia pagou dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 797 referente aos lucros do período.

Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia pagou dividendos, no montante de R\$ 2.500 referente ao saldo de lucros retidos.

Em 18 de outubro de 2016, a Companhia pagou dividendos, no montante de R\$ 3.500 referente ao saldo de lucros retidos.

Em 22 de dezembro de 2016, a Companhia pagou dividendos, no montante de R\$ 2.400 referente ao saldo de lucros retidos.

#### 14.3. Juros Sobre Capital Próprio

Em 29 de dezembro de 2015, a Companhia pagou juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 970 referente aos lucros do período.

Em 29 de setembro de 2016, a Companhia pagou juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 885 referente aos lucros do período.

#### 14.4. Destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A destinação do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é a seguinte:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Lucro líquido do exercício de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil</b>	<b>6.618</b>	<b>7.437</b>
Reserva legal - 5%	(331)	(372)
Base de cálculo dos dividendos	6.287	7.065
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>1.572</b>	<b>1.766</b>
Dividendos declarados	(8.400)	(5.797)
Juros sobre capital próprio pagos – IRRF R\$ 146	(885)	(970)
Retenção de lucros	(2.415)	(5.298)

Os juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 33 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249/95, serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

#### 14.5. Constituição de reservas de lucros

**Reserva legal** - constituída no montante de R\$ 331 equivalente a 5% do lucro líquido do exercício obedecendo o limite de 20% do capital social;

**Reserva de retenção de lucros** - corresponde ao valor remanescente do lucro líquido do exercício R\$ 2.415.

Conforme previsto no estatuto social, a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Expansão”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia, inclusive por meio da subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, se existentes, não poderá ultrapassar 100% do capital social. O saldo terá a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral.

## 15. Receita líquida

	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta	9.488	5.612
Impostos incidentes	(360)	(304)
<b>Receita líquida</b>	<b>9.128</b>	<b>5.308</b>

## 16. Custos dos serviços prestados

	31/12/2016	31/12/2015
Custo com comissões	(423)	(11)
Custo com agentes fiduciários	(159)	(110)
Custo com custódia e emissão	(148)	(33)
Custo com advogados	(299)	(257)
Custo com "servicing"	(25)	(26)
Custo com estruturação	(718)	-
Custo com distribuição	(961)	(198)
Custo com consultoria	(21)	(40)
Custo com "rating"	(68)	(51)
Custo com publicação	(47)	-
Outros custos	(399)	(20)
	<b>(3.268)</b>	<b>(746)</b>

## 17. Despesas por natureza, líquidas

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por natureza. Conforme requerido pelo CPC, o detalhamento das principais despesas operacionais por natureza está apresentado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Serviços de terceiros	(1.157)	(754)
Despesas com viagens	(196)	(149)
Despesas com taxas e cartórios	(354)	(209)
Despesas com informática e telecomunicações	(26)	(82)
Despesas com taxas e contribuições	(1.749)	(528)
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	43	12
Despesas com patrocínio	(310)	(311)
Despesas com anúncios e publicações	(416)	(67)
Outras receitas/(despesas) líquidas	(60)	(111)
	<b>(4.225)</b>	<b>(2.199)</b>
<b>Classificadas como</b>		
Despesas gerais e administrativas	(1.833)	(1.198)
Despesas de comercialização	(725)	(378)
Despesas tributárias	(1.749)	(528)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	82	(95)
	<b>(4.255)</b>	<b>(2.199)</b>

## 18. Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros ativos	2.123	1.270
Rendimentos de aplicações financeiras	26.588	15.293
Outras receitas	94	500
	<b>28.805</b>	<b>17.063</b>
<b>Despesa financeira</b>		
Juros passivos	(462)	(384)
Perda em aplicações financeiras em fundos	(19.860)	(8.595)
Outras despesas	(602)	(4)
	<b>(20.924)</b>	<b>(8.983)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>7.881</b>	<b>8.080</b>

## 19. Imposto de renda e contribuição social

## 19.1. Composição das despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - correntes

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Despesas correntes</b>		
CSLL	(789)	(815)
IRPJ	(2.109)	(2.191)
	<b>(2.898)</b>	<b>(3.006)</b>

## 19.2. Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL - correntes

As despesas de IRPJ e CSLL estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Lucro do período antes dos efeitos do IRPJ e da CSLL</b>	<b>9.516</b>	<b>10.443</b>
Despesas com constituição de provisões	62	-
Despesas indedutíveis gerais	121	170
Juros sobre Capital Próprio	(885)	(970)
<b>Lucro tributável</b>	<b>8.814</b>	<b>9.643</b>
34% do lucro real	2.997	3.279
Benefício Lei Rounet 8.313/91	(74)	(64)
Benefício adicional do IRPJ 10% 240 mil	(25)	(24)
Outros	(23)	(185)
<b>Total IRPJ / CSLL</b>	<b>2.898</b>	<b>3.006</b>

## 20. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia</b>	<b>6.618</b>	<b>7.437</b>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro básico por ação (em milhares)	5.997	5.997
<b>Lucro líquido básico por ação (centavos por ação)</b>	<b>1,104</b>	<b>1,240</b>

A Companhia não possui nenhum efeito dilutivo ou antidilutivo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e, por isso, não calculou o lucro diluído por ação.

## 21. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: conforme descritos nas notas explicativas 3 e 4;
- b) Contas a receber, outros créditos, títulos e valores mobiliários e recebíveis imobiliários: conforme descritos nas notas explicativas 5, 6 e 7;
- c) Cessão de certificados de créditos imobiliários a pagar: conforme descrito na nota 12.

### Instrumentos financeiros por categorias

Natureza	Classificação	31/12/2016		31/12/2015	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	275	275	2.225	2.225
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	109.455	109.455	108.469	108.469
Títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	14.519	14.519	13.203	13.203
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	325	325	263	263
Recebíveis imobiliários	Empréstimos e recebíveis	12.385	12.385	86.042	86.042
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	1.402	1.402	2.931	2.931
		<b>138.361</b>	<b>138.361</b>	<b>213.133</b>	<b>213.133</b>
<b>Passivo</b>					
Contas a pagar	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	66	66	150	150
Cessão de crédito imobiliário a pagar	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	122.579	122.579	191.999	191.999
		<b>122.645</b>	<b>122.645</b>	<b>192.149</b>	<b>192.149</b>

### 21.1. Considerações gerais

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todas registradas em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades.

A Companhia administra seu capital para garantir a continuidade de suas atividades normais.

## 21.2. Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores dos instrumentos financeiros

Os detalhes a respeito das principais práticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 2.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos anteriormente) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

## 21.3. Gestão de riscos financeiros

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros.

### 21.3.1. Derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos.

### 21.3.2. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um emissor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito de seus valores de Contas a Receber e Despesas Reembolsáveis.

### 21.3.3. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração desse risco é a de garantir que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, utilizando, se necessário, linhas de crédito disponíveis.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos de cessão de certificados de crédito imobiliário da Companhia em prazos que a Companhia entende como essenciais para análise. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal em valores futuros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.



	Média ponderada da taxa de juros	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<b>Cessão de crédito imobiliário a pagar</b>	1,99%	72.530	-	50.049	<b>122.579</b>

#### 21.3.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que a Companhia atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, notadamente o CDI.

#### 21.3.5. Análise de sensibilidade

##### **Premissas**

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, que apresenta um cenário base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir:

- **Cenário base:** baseado nos níveis de taxas de juros e preços observados em 31 de junho e no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico;
- **Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base;
- **Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário base.

##### **Análise de administração**

A Companhia entende que está exposta à variação do CDI, que é base para remuneração de suas aplicações financeiras e de parte dos valores a pagar de cessão de certificados de recebíveis imobiliários. A Companhia entende ainda que, apesar de possuir ativos e passivos indexados ao CDI, necessita de apenas um cenário de risco, desde que esse seja o mais conservador para o resultado líquido dos instrumentos.

A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas	Cenário-base	Cenário adverso	Cenário remoto
<b>Diminuição da taxa do CDI</b>			
Caixa e equivalentes de caixa/Aplicações financeiras vinculadas/Títulos e valores mobiliários/ Cessão de certificados de recebíveis imobiliários	12,00%	9,00%	6,00%

Fator de risco	Risco	Instrumento	Cenário base	Cenário adverso	Cenário remoto
Taxa de juros – CDI	Diminuição da taxa do CDI	Caixa e equivalentes de caixa	11.979	8.974	5.975
		Aplicações financeiras vinculadas			
		Títulos e Valores Mobiliários			
		Cessão de certificados de recebíveis imobiliários			

## 22. Remuneração da administração

Os administradores da Companhia atuam em determinadas frentes de negócios do Grupo RB Capital, tais como originação, estruturação e securitização, sendo remunerados de acordo com a dedicação à cada atividade desempenhada.

Pela dedicação aos serviços de securitização (representadas pela RB Capital Securitizadora e RB Capital Companhia de Securitização), o Grupo RB Capital remunerou os administradores da Companhia durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2016, entre fixo e variável, o montante de R\$ 189 (R\$ 180 em 31 de dezembro de 2015) em sua totalidade representada por benefícios de curto prazo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a RB Capital Companhia de Securitização não pagou honorários a seus administradores.

## 23. Demonstrações contábeis fiduciárias - informação suplementar conforme Instrução CVM nº 414/04

Em atenção ao disposto no artigo 12, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, como consequência da administração de cada patrimônio separado e da respectiva manutenção de registros contábeis independentes a cada um deles observada pela Companhia, demonstramos a seguir as demonstrações contábeis relacionadas a esses patrimônios separados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, respectivamente.

## 23.1. Balanço fiduciário

	Referência	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	23.2.	83.159	74.209
Contas a receber	23.3.	1.385.333	1.090.360
<b>Ativo não circulante</b>			
Contas a receber	23.3.	10.455.030	8.406.165
<b>Total do ativo</b>		<b>11.823.522</b>	<b>9.570.734</b>
<b>Passivo circulante</b>			
Contas a pagar	23.4.	1.438.613	1.162.507
<b>Passivo não circulante</b>			
Contas a pagar	23.4.	10.484.909	8.408.227
<b>Total do passivo</b>		<b>11.923.522</b>	<b>9.570.734</b>

## 23.2. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras fiduciárias estão representadas principalmente por operações compromissadas bancárias, de liquidez imediata, e possuem remuneração compatível com as taxas de mercado e liquidez diária. As aplicações apresentam liquidez de curto prazo e são compostas conforme segue:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Bancos</b>	2.950	6.690
<b>Aplicações financeiras</b>		
Operações financeiras Bancárias	80.209	67.519
	<b>83.159</b>	<b>74.209</b>

## 23.3. Contas a receber

Referem-se a operações de aquisição de recebíveis imobiliários e do agronegócio, efetuadas de acordo com as Leis nº 9.514/97 e nº 10.931/04, que dispõem, respectivamente, sobre os CRI/CRA e os respectivos lastros (denominados em conjunto “títulos imobiliários” ou “títulos do agronegócio”).

Foi instituído o regime fiduciário para os recebíveis nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.514/97 e artigo 23 da Lei nº 10.931/04, os quais passaram a constituir patrimônio separado com o propósito exclusivo de lastrear os referidos títulos, não se confundindo, portanto, com o patrimônio da Companhia.

Os títulos imobiliários e de agronegócios, são emitidos sem garantia fluante da Companhia e com taxa de juros e atualização monetária, na maioria das vezes com alienação fiduciária em garantia, em alguns casos com coobrigação da cedente.

Referência	Circulante		Não circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CRI 044	-	19.907	-	-
CRI 052	-	16	-	89
CRI 057-058-59	-	3.830	-	1.828
CRI 062	-	-	44.628	40.650
CRI 063-064	-	191	-	268
CRI 068	8.959	4.447	91.969	87.778
CRI 069	45.257	41.729	439.775	430.123
CRI 070	9.032	4.493	93.372	89.338
CRI 071	60.937	19.742	-	53.700
CRI 074	49.816	45.032	119.455	149.813
CRI 075	132.866	139.439	897.223	1.079.442
CRI 076	59.001	58.080	289.504	304.834
CRI 077	66.790	61.736	431.935	439.498
CRI 078	9.462	8.873	25.999	32.107
CRI 079	-	5.619	-	-
CRI 080	8.724	8.175	51.709	54.286
CRI 081	5.360	4.933	42.328	42.608
CRI 082	9.788	7.260	73.762	72.817
CRI 083	90.451	80.208	393	-
CRI 084	402	300	3.009	2.971
CRI 085	7.506	7.004	188.409	176.599
CRI 086	2.365	3.438	17.871	17.854
CRI 087	8.768	8.215	97.290	95.013
CRI 088	1.301	1.202	9.133	9.361
CRI 089	1.078	1.089	9.457	9.246
CRI 090	11.730	10.613	117.172	112.601
CRI 092	1.621	1.499	6.185	6.658
CRI 093	8.877	8.265	42.967	45.653
CRI 094	1.498	1.395	7.383	7.812
CRI 095	12.014	11.184	96.384	93.710
CRI 096	3.935	3.635	28.904	28.578
CRI 097	33.202	29.802	212.147	213.759
CRI 098	9.408	8.445	77.693	76.317
CRI 099	13.171	11.811	145.089	139.395
CRI 100	51.032	5.553	-	44.658
CRI 101	82.304	75.329	533.402	551.063
CRI 102	822	757	5.377	5.407
CRI 103	829	694	4.469	4.705
CRI 104	5.717	5.306	24.127	25.725
CRI 105	4.744	-	48.024	45.809
CRI 107	2.596	2.598	17.420	54.487
CRI 108	1.279	2.767	209.692	208.465
CRI 109	5.482	-	30.155	-
CRI 110	138.037	157.292	898.313	1.090.184
CRI 111	22.248	16.541	238.672	233.286
CRI 112	1.482	2.002	52.557	52.098
CRI 113	608	568	3.369	3.500
CRI 114	56.034	53.479	131.419	167.053
CRI 115	4.249	3.826	27.493	26.678
CRI 116	62.482	41.373	227.266	255.736
CRI 117	-	-	29.386	25.326
CRI 119	3.168	-	27.684	-
CRI 120	1.418	-	2.617	-
CRI 121	2.758	358	37.174	35.260
CRI 122	27.758	-	163.616	-
CRI 123	61.206	62.228	384.243	463.050
CRI 124	31.177	28.679	132.578	144.605
CRI 125	3.199	1.278	22.073	22.697
CRI 126	132	-	8.115	6.478
CRI 127	4.077	-	27.535	-
CRI 128	1.257	-	101.632	-
CRI 129	-	-	296.063	232.006
CRI 130	10.260	-	60.452	-
CRI 131	-	-	115.675	90.647
CRI 132	-	-	465.936	400.984
CRI 133	-	-	123.389	96.692
CRI 134	2.759	2.333	101.954	102.904
CRI 135	27.792	-	264.606	-
CRI 136	3.565	-	71.694	-
CRI 137	2.586	-	102.491	-
CRI 138	2.449	-	97.373	-
CRI 139	2.948	-	72.181	-
CRI 140	129	-	49.948	-
CRI 141	18.887	-	135.217	-
CRI 142	5.549	-	140.041	-
CRI 143	8.628	-	140.041	-
CRI 152	10.099	-	110.245	-

Referência	Circulante		Não circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
CRA 001	1.695	2.886	52.048	50.978
CRA 002	6.698	2.886	47.046	50.978
CRA 003	7.051	-	465.707	-
CRA 004	12.536	-	204.081	-
CRA 005	12.288	-	289.289	-
	<b>1.385.333</b>	<b>1.090.360</b>	<b>10.455.030</b>	<b>8.406.165</b>

A composição da parcela do não circulante, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano	31/12/2016	31/12/2015
2017	-	991.522
2018	1.270.695	988.929
2019	879.596	916.396
2020	1.176.715	715.497
2021	1.339.316	818.347
2022	955.670	638.275
2023	773.852	593.233
2024	522.226	585.517
2025	442.815	397.995
2026	345.966	344.318
2027	279.897	278.290
2028	215.662	237.451
2029	193.920	195.075
2030	2.058.700	705.320
	<b>10.455.030</b>	<b>8.406.165</b>

#### 23.4. Contas a pagar

Representam os valores a pagar aos investidores, responsáveis pela aquisição dos CRI.

#### 23.5. Informações complementares sobre a emissão de CRI

##### 23.5.1. Aquisições do exercício

Série CRI	Data	Valor da aquisição
134 <sup>a</sup>	04/01/2016	70.161
133 <sup>a</sup>	22/01/2016	110.500
137 <sup>a</sup>	31/12/2016	105.000
136 <sup>a</sup>	13/04/2016	75.000
CRA 5 <sup>a</sup>	25/04/2016	294.500
127 <sup>a</sup>	05/05/2016	28.416
CRA 3 <sup>a</sup>	05/05/2016	465.706
CRA 4 <sup>a</sup>	05/05/2016	209.294
122 <sup>a</sup>	13/05/2016	191.316
120 <sup>a</sup>	30/05/2016	5.197
141 <sup>a</sup>	06/06/2016	144.548
138 <sup>a</sup>	14/06/2016	100.000
139 <sup>a</sup>	14/06/2016	75.000
140 <sup>a</sup>	05/07/2016	50.000
109 <sup>a</sup>	07/07/2016	34.815
135 <sup>a</sup>	12/07/2016	275.000
142 <sup>a</sup>	31/08/2016	150.000
143 <sup>a</sup>	31/08/2016	150.000
119 <sup>a</sup>	12/09/2016	29.913
128 <sup>a</sup>	26/09/2016	102.889
130 <sup>a</sup>	26/09/2016	72.111
152 <sup>a</sup>	20/12/2016	120.000

### 23.5.2. Inadimplência

Os créditos imobiliários inadimplidos, vinculados às 9ª, 17ª, 79ª e 86ª Séries de CRI, tiveram seu vencimento antecipado declarado por meio de Assembleias dos titulares dos CRI de cada uma das Séries, e encontram-se em execução, nos termos dos documentos que suportam cada operação e da legislação em vigor. As garantias vinculadas a cada uma das Séries encontram-se atualmente em processo de execução por via judicial.

CRI	9ª Série da 1ª Emissão
Parcela em atraso	De 23/09/08 a 23/02/09
Valor em atraso	49.207
Multa acumulada	11.904
Juros de mora acumulado	75.400
Atualização acumulada	30.151
Data de vencimento antecipado	17/03/2009
<b>Valor total inadimplente</b>	<b>166.662</b>

CRI	17ª Série da 1ª Emissão
Parcela em atraso	De 28/10/08 a 28/02/09
Valor em atraso	32.239
Multa acumulada	7.897
Juros de mora acumulado	49.986
Atualização acumulada	20.410
Data de vencimento antecipado	17/03/2009
<b>Valor total inadimplente</b>	<b>110.532</b>

CRI	79ª Série da 1ª Emissão
Parcela em atraso	De 27/07/2014 a 03/12/2014
Valor em atraso	12.406
Multa acumulada	1.816
Juros de mora acumulado	7.983
Atualização acumulada	2.347
Data de vencimento antecipado	03/12/2014
<b>Valor total inadimplente</b>	<b>24.552</b>

CRI	86ª Série da 1ª Emissão
Parcela em atraso	De 18/10/2015 a 28/10/2015
Valor em atraso	24.031
Multa acumulada	125
Juros de mora acumulado	3.388
Atualização acumulada	2.076
Data de vencimento antecipado	28/10/2015
<b>Valor total inadimplente</b>	<b>29.620</b>

### 23.5.3. "Rating"

A Companhia possui seis séries de CRI e cinco séries de CRA que contam com atualização trimestral de "rating", nos termos do parágrafo 7º do artigo 7º da Instrução CVM nº 414/04, cujas informações estão descritas a seguir:

CRI	Agência de "rating"	"Rating"
77ª Série	Fitch	AAA (bra)
108ª Série	Fitch	AA (bra)
128ª Série	Fitch	AA (bra)

130ª Série	Fitch	AA (bra)
135ª Série	Fitch	AA+ (bra)
141ª Série	Fitch	AA+ (bra)

  

<b>CRA</b>	<b>Agência de “rating”</b>	<b>“Rating”</b>
1ª Série	Liberum Ratings	AA(fe) de Longo Prazo
2ª Série	Liberum Ratings	AA(fe) de Longo Prazo
3ª Série	Liberum Ratings	AA(fe) de Longo Prazo
4ª Série	Liberum Ratings	AA(fe) de Longo Prazo
5ª Série	Liberum Ratings	AA(fe) de Longo Prazo

#### 24. Operações por segmento

Em 31 de julho de 2009, a CVM emitiu a Deliberação nº 582, que aprovou o CPC 22 “Informações por segmento”, que é equivalente ao IFRS 8 “Segmentos operacionais”. O CPC 22 é mandatório para demonstrações contábeis cujos exercícios se encerram a partir de 31 de dezembro de 2010. O CPC 22 requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões, com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

A Administração efetuou a análise mencionada anteriormente e concluiu que a Companhia opera com um único segmento (securitização de recebíveis imobiliários) e, por isso, considera que nenhuma divulgação adicional por segmento seja necessária.

#### 25. Aprovação das demonstrações contábeis e demonstrações contábeis fiduciárias

As demonstrações contábeis e as demonstrações contábeis fiduciárias foram aprovadas pela Diretoria e suas emissões foram autorizadas em 10 de fevereiro de 2017.

\* \* \*

Josil Abel Xavier da Silva  
CRC 1SP216247/O-8